

Academia Cearense de Letras

Ir. Elvo Clemente

Chegou-me, pelo Correio, a Revista da Academia Cearense de Letras de 2001/2002, que celebra 107 anos de existência, pois surgiu em 1896, ano antes da Academia Brasileira. É um belo volume de 324 páginas com magnífica matéria literária: discursos acadêmicos, poemas, saudações, crônicas, artigos, lista dos acadêmicos e respectivos endereços. Encontrei o ex-presidente Artur Eduardo Benevides, nossa amizade nasceu de nosso encontro em 1965, em Fortaleza e se alimentou em outros encontros e congressos. Foi gostoso ler-lhe os discursos e saudações, os poemas e as crônicas. Como se escreve bem nesse Ceará! Barros Pinho escreve poemas em **O livro da Academia**. É curioso o lema dos destemidos acadêmicos: FORTI NIHIL DIFFICILE, divisa de Beaconsfield (Para o forte nada é difícil).

De fato, a Revista da Academia Cearense de Letras é uma clarinada para o bom cultivo e culto das Letras, que revelam os recônditos do ser na beleza da palavra.

Significado literal e não-literal ou significado menos-que-literal?

Jane Rita Caetano da Silveira*

A distinção entre significado literal e não-literal tem sido objeto de estudo de vários teóricos que desenvolvem pesquisas na área de semântica e pragmática. Tradicionalmente, existe a crença na possibilidade de uma oposição objetiva e descontextualizada entre ambos, segundo a qual o sentido literal é associado a um significado estável, inerente à palavra ou ao enunciado, preservando a linguagem da interferência de quaisquer contextos ou interpretações; já o sentido não-literal, ou figurado, é, de um modo geral, caracterizado como uma derivação, um desvio em relação ao literal, com a interferência do contexto e dos sujeitos emissores ou receptores. Entretanto, os próprios estudiosos que defendem a distinção literal/não-literal deparam-se com limitações e obstáculos para mantê-la intacta, reconhecendo a dificuldade em determinar onde começa o sentido figurado e onde termina o literal, já que a produção de significados literais e não-literais pode envolver os mesmos processos.

Uma abordagem atual à questão da literalidade ou não-literalidade de significados, situada na interface da semântica com a pragmática cognitiva, é desenvolvida por Sperber e Wilson (1986, 1991, 1992, 1995). De acordo com os autores, embora haja uma considerável literatura sobre tropos, a preocupação central tem sido com problemas de classificação, muito pouco sendo oferecido em termos de explicação. Desenvolvem, então, uma abordagem mais integrada da linguagem figurada, com base na distinção essencial

* Professora do Departamento de Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras - PUCRS.

entre as dimensões descritivas e interpretativas de linguagem e pensamento. Nessa perspectiva, qualquer representação com uma forma proposicional, semanticamente completa, e, em particular, qualquer enunciado, pode ser usado para representar coisas de duas maneiras: (1) pode representar um estado de coisas em virtude de o mesmo ser verdadeiro, ou seja, uma representação como descrição; (2) pode representar outra representação com um conteúdo proposicional semelhante, o que constitui uma representação como interpretação.

Ao dizer que um pensamento ou enunciado interpretativamente assemelha-se a outro, S-W explicam que semelhança em geral envolve compartilhar propriedades. A semelhança interpretativa ou a semelhança em conteúdo proposicional é analisada como compartilhando implicações lógicas e contextuais, e, quanto mais implicações compartilhadas, maior a semelhança interpretativa. É possível duas proposições compartilharem todas as suas implicações, e quando uma destas é usada interpretativamente para representar a outra, dizemos que ela é uma interpretação literal da outra proposição. Nessa abordagem, literalidade é apenas um caso especial de semelhança interpretativa. Entretanto, uma representação pode assemelhar-se interpretativamente a outra quando as duas simplesmente têm implicações em comum. Isso pode ser observado no exemplo abaixo, extraído de Martin (1992):

Maria diz a Pedro:

- (1) a) *Encontrei um agente ontem à noite.*
b) *Ele pode me fazer rica e famosa.*

O enunciado em (b) tem duas possíveis interpretações relacionadas ao agente:

- (b1) *Ele pode me tornar rica e famosa. Eu acredito.*
(b2) *Ele diz que pode me tornar rica e famosa.*

Assim, enquanto (1a) é uma asserção, (1b) é tanto um enunciado ecóico como uma fala reportada e deve, portanto, trazer algum grau de semelhança interpretativa com o que foi dito.

Se o agente tivesse afirmado: 'Eu posso torná-la rica e famosa', então o enunciado de Maria seria uma interpretação literal do que ele disse, pois a proposição expressa pelos dois enunciados seria idêntica. Nesse caso, é razoável dizer que Maria mencionou¹ a proposição que o agente originalmente expressou. Mas se o agente

¹ A menção reporta/eco a o que outra pessoa diz. Uma citação direta menciona a sentença que alguém falou; uma indireta menciona a proposição que alguém expressou.

tivesse dito: 'Eu posso fazer por você o que o agente de Michael Caine fez por mim', o enunciado de Maria seria uma interpretação menos-que-literal do que o agente disse, e ela não teria mencionado a proposição expressada por ele. Entretanto, pode haver conhecimento comum entre ela e Pedro de que o agente de Michael Caine o tornou rico e famoso; então, um contexto contendo essa última suposição levaria a implicar (b1). As proposições expressadas pelos dois enunciados têm implicações em comum. Muitas falas reportadas e enunciados ecóicos são baseados nessa forma frouxa de semelhança.

Assim, discursos indiretos e enunciados ecóicos não são analisados como interpretações literais (isto é, menções) de um pensamento ou enunciado atribuído pelo falante a alguém, mas simplesmente como interpretações, literais ou não-literais, deste pensamento ou enunciado.

De acordo com Wilson e Sperber (1992), esse uso interpretativo é o que ocorre também na ironia:² quando um enunciado é usado interpretativamente para representar outro enunciado ou pensamento que é atribuído pelo falante a alguém. Nesse sentido, a ironia é uma variedade de enunciado ecóico usado para expressar a atitude do falante frente à opinião ecoada, e geralmente envolve a expressão de uma atitude de desaprovação. Os enunciados irônicos comunicam uma certa atitude, criam uma certa impressão no ouvinte, as quais são tratadas, no enfoque teórico dos autores, de modo similar ao de uma implicatura padrão. Em síntese, o reconhecimento da ironia verbal e do que ela comunica depende de uma interação entre a forma lingüística do enunciado e do ambiente cognitivo compartilhado pelo comunicador e destinatário.

Assim, o enunciado 'Você é muito pontual, como sempre' dito pelo professor ao aluno que mais uma vez chegou atrasado à aula, pode ser entendido como uma repreensão, embora literalmente signifique um elogio.

Enfatizando que todo enunciado é uma interpretação de um pensamento - a proposição expressa por ele assemelha-se a um

² Martin (1992) propõe, através de um quadro teórico da semântica das condições-verdade sobre as noções de mundo possível e universo de crenças, uma interpretação de ironia envolvendo mundos contra-factuais e mundos de expectativa. Enfatiza que há um óbvio paralelo entre ironia e negação: um enunciado negativo somente é relevante se há razão para pensar que o que é dito ser falso poderia ser verdadeiro; assim, num modelo de mundos possíveis, uma proposição negativa tem que ser apresentada como falsa no mundo real e também ser considerada verdadeira em um mundo contra-factual. Semelhantes mecanismos operam na ironia, com uma diferença: a inversão é trilhada pelas pistas contextuais, situacionais, supra-segmentais, que forçam uma proposição num mundo contra-factual.

pensamento que o falante pretendeu comunicar -, Sperber e Wilson afirmam que a metáfora é uma figura de linguagem que explora a interpretação nesse nível, pois ao usá-la o falante pretende comunicar um pensamento mais complexo e seu enunciado permitirá que muitas suposições sejam deriváveis dele, conforme pode-se observar no diálogo abaixo,³ processado no seguinte contexto:

A, um fazendeiro muito rico, conhecido como o rei do gado, desconfiado de que está sendo traído, decide contratar os serviços de um detetive, B, para investigar a vida de sua esposa. Mas acha caro o preço de 10 mil dólares a serem cobrados pela investigação:

(2) A: *O Sr. tem idéia de quanto custa isso em arroba?*

B: *Quanto pesa um par de chifres na cabeça de um rei do gado? [...]*

A: *Você prova que ela está me traindo, e eu pago o preço que pediu.*

A resposta metafórica de B, em outra pergunta, não impede que A infira de modo adequado a sugestão de traição da esposa. Isso pode ser verificado no seu comentário final, derivado, possivelmente, de um processo inferencial que lhe permitisse concluir: o custo de 10 mil dólares é menor que o peso de um par de chifres, ou seja, o peso da infidelidade.

Algo similar ao processo da metáfora acontece com a interpretação de sentenças contendo descrições definidas. Assim, no exemplo que segue,

(3) *A torta gorda de maçã está sentada em sua habitual cadeira (numa confeitaria).*

a expressão definida "The fat apple pie" pretende tornar manifestas várias implicaturas: esse homem está sempre comendo torta de maçã, ele é muito gordo, ele quase parece uma torta de maçã, o falante não gosta de pessoas que não sabem controlar apetite, etc.

Sperber e Wilson (1990, 1991) observam que nem sempre um enunciado representa um pensamento expresso por igual proposição: no caso da vaguidade (enunciados que não levam a uma única interpretação definida) e da metáfora, as formas proposicionais do pensamento e do enunciado apenas assemelham-se, até certo ponto.

Para os autores, as linguagens figuradas ou metafóricas não são violações deliberadas da máxima de verdade postulada por Grice (1975), nem violações de normas comunicacionais, como é entendido tradicionalmente, mas sim interpretações menos do que literais dos pensamentos do falante, ou seja, envolvem uma relação

interpretativa entre a forma proposicional de um enunciado e o pensamento que ele representa. As formas proposicionais do enunciado e do pensamento são diferentes, pois apenas compartilham implicações analíticas (que são necessárias e suficientes para apreender o conteúdo de uma suposição) e contextuais. O que é comunicado numa interpretação metafórica é apenas uma subparte do que está implicado numa interpretação literal.

Sperber e Wilson (1986) argumentam que não há descontinuidade entre uso literal vago e uso metafórico, pois este não exige quaisquer habilidades ou procedimentos interpretativos especiais: o fato de que alguns enunciados são metaforicamente interpretados resulta do mesmo processo padrão de compreensão, ou seja, constituem apenas um meio, entre outros, de comunicar informação relevante. A compreensão é definida, então, como um processo de identificar a intenção informativa do falante, e a decodificação lingüística não deve ser considerada como parte principal desse processo de compreensão, mas simplesmente como um input para a mesma.

Os autores, enfatizando a importância do contexto e o papel fundamental dos processos pragmáticos na compreensão do significado da sentença e do enunciado, sugerem, portanto, que a comunicação intencional humana nunca é um mero processo de codificação e decodificação de mensagens literais; para eles o fenômeno é menos-que-literal, pois as representações semânticas lingüisticamente codificadas são estruturas mentais abstratas que devem ser inferencialmente enriquecidas com base na intenção informativa do comunicador antes de serem tomadas como representando qualquer coisa. Tratam a proposição explicitamente comunicada como a base para raciocínios inferenciais, ressaltando a complementaridade dos processos lingüísticos, que subdeterminam a interpretação de enunciados, e dos processos cognitivos intrínsecos à natureza inferencial da compreensão.

Desse modo, em sua abordagem comunicativa, os autores defendem a idéia de que na interpretação de enunciados há processos gramaticais, usados para capturar a representação semântica da sentença, e processos pragmáticos, de raciocínio lógico, usados para preencher o hiato existente entre as representações semânticas das sentenças e a interpretação de enunciados no contexto (W-S, 1991), aqui concebido como o conjunto de suposições trazidas à mente no processamento de informações.

Um exemplo de combinação de código (conhecimento lingüístico) e processo pragmático (conhecimento não-lingüístico dependente de contexto) é dado em (4):

³ Exemplo retirado da tese de Doutorado de Silveira (1997).

- (4) A: *Há alguma compra a fazer no supermercado?*
B: *Nós estaremos fora no fim de semana.*

Através da resposta de B, é possível obter ao menos dois "significados" de natureza inferencial distintos: pode significar que não há necessidade de fazer compras, já que não estarão em casa, ou que, justamente por estarem fora, é preciso fazer compras antes de saírem, pensando na volta. É necessário, então, informação contextual específica para A compreender adequadamente o enunciado de B. Se este fosse analisado em termos puramente lingüísticos, ou em termos literais, não permitiria chegar à resposta pretendida.

Tal abordagem é fundamentada numa teoria de comunicação ostensivo-inferencial, a Teoria da Relevância,⁴ segundo a qual um estímulo ostensivo atrai a atenção do ouvinte e focaliza-a nas intenções do falante, revelando estas intenções de modo que a interpretação pretendida seja alcançada e a comunicação se torne efetiva. O ponto central da teoria está no Princípio da Relevância, que postula: todo ato de comunicação ostensiva, ao requisitar a atenção do destinatário, vem com uma garantia de que a informação a ser comunicada é relevante o suficiente para ser processada, ou seja: levará à interpretação adequada, com o menor esforço mental justificável. Esse princípio aplica-se naturalmente a todos níveis interpretativos da comunicação intencional, implicando a indissociável relação entre contexto e Relevância, articulada às inferências práticas na comunicação.⁵

De acordo com os autores, a maioria dos estímulos usados na comunicação ostensiva são representações, e identificar um estímulo ostensivo envolve incorporar uma forma lógica, uma corrente estruturada de conceitos. Dado o Princípio de Relevância, que carrega a presunção de que, tendo em vista o esforço de processamento requerido, o estímulo foi o melhor que o falante poderia ter escolhido para a comunicação ser bem-sucedida, o ouvinte tem o direito de supor que deve usar o esquema de suposições sugerido pela forma lógica, bem como as informações do conhecimento enciclopédico que se tornam acessíveis através dos seus conceitos constituintes, para recuperar a interpretação pretendida.

⁴ A Teoria da Relevância foi desenvolvida originalmente por Sperber e Wilson (1986) na obra *Relevance, Communication and Cognition*, reeditada em 1995. Os autores tratam o termo "relevância" como um conceito teórico-cognitivo, baseado numa relação de equilíbrio entre efeitos cognitivos/contextuais alcançados e esforço mental despendido na comunicação humana.

⁵ No Pós-fácio da obra de 1995, o Princípio de Relevância passa a ser tratado como dois princípios: um de base cognitiva e um de base comunicativa.

Assim, para Sperber e Wilson, um estímulo lingüístico aciona um processo automático de decodificação, que leva a recuperar a sua representação semântica. Esse sistema de decodificação lingüística possui todas as características dos sistemas perceptuais, reflexos e automáticos, tais como visão e audição. De acordo com Fodor (1983) trata-se de um sistema de input, não de um sistema de processamento central.⁶ Nessa proposta, a mente é vista como uma variedade de sistemas especializados, modulares, que processam informação visual, auditiva, lingüística e outras informações perceptuais. Os processos centrais, não-modulares, integram a informação dos sistemas modulares com a informação estocada na memória e realizam uma variedade de tarefas inferenciais, levando o indivíduo a derivar conclusões sobre o mundo. Tais conclusões, que caracterizam os raciocínios interpretativos humanos em situações comunicativas cotidianas, são inferências não-demonstrativas e não-triviais, já que não partem de premissas pré-fixadas e que não podem ser provadas, mas apenas confirmadas.

Para Sperber e Wilson, a comunicação verbal propriamente dita só acontece quando se reconhece que o falante está dizendo algo a alguém, e o objetivo da pragmática é explicar como a tarefa do ouvinte, essencialmente inferencial, pode ser realizada para a compreensão, pois, além de atribuir ao enunciado uma única forma proposicional, ele deve identificar o que o falante tem a intenção de comunicar. Tal fato pode ser observado no exemplo apresentado pelos autores:

- (5) *João foi caminhar ao meio-dia. O parque estava muito bonito.*

Na interpretação desse enunciado, embora não seja explicitamente dito que João foi caminhar no parque, fazemos a suposição natural de que ele foi. Entretanto, o que está envolvido na interpretação de (5) não é apenas codificação e decodificação de informação sintática e semântica, mas também, e crucialmente, inferências pragmáticas para estabelecer a pretendida ligação entre a frase nominal definida na segunda sentença e a ação contida na primeira. Tais inferências podem ser construídas com base em suposições que fazem parte do nosso conhecimento enciclopédico:

⁶ Na edição de 1995, S-W admitem não mais estabelecer uma distinção tão acurada entre sistemas de *input* e sistemas cognitivos centrais, dadas as evidências científicas recentes de que os sistemas centrais deveriam ser analisados em termos modulares. (Para uma revisão das críticas à teoria de Fodor, ver Loewer e Rey, 1993; para a discussão de processos centrais, ver Sperber, 1994).

- quando ouvimos dizer que alguém foi caminhar, geralmente pensamos que alguém foi fazer uma longa caminhada;
- as pessoas têm desenvolvido o hábito de longas caminhadas por orientação médica, já que estas fazem bem à saúde;
- as pessoas que têm o hábito de fazer caminhadas aproveitam o tempo disponível para fazê-las;
- as pessoas costumam fazer caminhadas em parques, onde o verde, além de bonito, é saudável, do mesmo modo que o ar puro.

Essas suposições poderiam, então, levar à conclusão de que o falante, por alguma razão (para mostrar a sua admiração por João ou para incentivar o ouvinte a fazer o mesmo, por exemplo) quer comunicar que João é uma pessoa que se preocupa com sua saúde, já que não só faz longas caminhadas, mas as faz no horário disponível para o almoço, escolhendo um lugar saudavelmente apropriado para fazê-las.

Ao explicitar o fenômeno da compreensão de enunciados, Sperber e Wilson (1995) reinterpretam cognitivamente o modelo de Grice (1975), ampliando a sua capacidade explanatória. Em seu estudo sobre a relevância, que supõe o equilíbrio na relação custo mental / benefício contextual, enfatizam que Grice, da mesma forma que a maioria dos pragmaticistas que seguem a sua linha teórica, não considera o tipo de enriquecimento da forma lógica envolvido na interpretação do enunciado, supondo que qualquer aspecto da interpretação pragmaticamente determinado é sempre uma implicatura, com exceção da desambiguação e da atribuição de referente.

Os autores vêm o lado explícito da comunicação como mais rico, mais inferencial e mais merecedor de investigação pragmática do que é suposto pela maioria dos estudiosos que seguem a tradição de Grice. Entendem, assim, que a combinação de características conceituais contextualmente inferidas e lingüisticamente decodificadas constitui a explicatura, um nível de representação intermediário entre o dito e o implicado, cuja função é explicar o que é dito ou escrito, tornando possível a construção das implicaturas. E argumentam que todas as explicaturas do enunciado podem ser inferidas do contexto, da forma proposicional do enunciado e da atitude proposicional expressa pelo falante. No exemplo que segue,

- (6) A: Você gostou do filme?
 B: A música era monótona e o enredo muito trivial. (em um tom de voz enfadonho)

A, enriquecendo semântica e contextualmente (ao ligar 'música' e 'enredo' a filmes) a resposta de B, constrói a explicatura: 'O filme que B assistiu tinha música monótona e enredo trivial'. Com base em uma informação contextual - enredo trivial e música monótona costumam não caracterizar um bom filme - e auxiliado pelo tom enfadonho da voz de B, que constitui uma atitude proposicional, implicará de sua resposta: 'B não gostou do filme'. Essa análise evidencia que, para Sperber e Wilson, nenhuma suposição é apenas decodificada, pois o significado das palavras ditas resulta do desenvolvimento da forma lógica do enunciado, através de processos inferenciais.

Wilson e Sperber (1990) ressaltam que a noção de explicatura é introduzida para mostrar seu papel na interpretação de descrições definidas: enquanto as explicaturas são desenvolvimentos de uma forma lógica codificada pelo enunciado, as implicaturas, ao contrário, são proposições independentes derivadas inferencialmente pela interação entre a informação codificada pelo enunciado e suposições contextuais. A forma lógica de um enunciado é a representação semântica atribuída a ele pela gramática e recuperada na interpretação do enunciado por um processo automático de decodificação. Do ponto de vista da Relevância, o ouvinte enriquece a forma lógica de um enunciado até o ponto em que ele expressa a mínima forma proposicional semanticamente completa, a qual dá origem a efeitos contextuais e cognitivos (hipóteses interpretativas) adequados, sem exigir do ouvinte injustificável gasto de esforço de processamento.

Nesse sentido, o uso referencial de descrições definidas é mais naturalmente descrito como um caso de atribuição de referência e não como uma implicatura transmitida pelo enunciado. Seu referente é contextualmente determinado e contribui para a proposição expressa. Os pronomes, diferindo das construções definidas referencialmente, não contribuem para a informação conceitual codificada num enunciado; eles restringem a atribuição de referência apontando propriedades como "macho" e "singular" para o referente do pronome "ele", por exemplo.

Pode-se concluir, então, que as descrições definidas usadas para assegurar referência, raramente têm apenas esse propósito na comunicação. Usualmente, em adição à referência a um indivíduo ou coisa, as descrições definidas ajudam o ouvinte a construir o contexto no qual o falante pretendeu que seu enunciado fosse interpretado e assim dá origem aos efeitos contextuais que se rela-

cionam diretamente ao modo como uma informação é comunicada e compreendida.⁷

Considerando o que foi desenvolvido até aqui, é possível afirmar que a literalidade ou identidade das formas proposicionais é tratada por Sperber e Wilson como um caso limite, não como uma norma, pois em geral é estabelecida apenas uma relação de semelhança entre elas. Um enunciado é estritamente literal se possui a mesma forma proposicional que o pensamento. Do ponto de vista dos autores, não há razão para se pensar que a expressão interpretativa mais adequada de um pensamento é sempre a mais literal, havendo muitas situações comuns em que o enunciado literal não é o mais relevante. Dentro dessa teoria, a literalidade é simplesmente um caso de semelhança máxima ou interpretativa e não tem qualquer status privilegiado.

A Teoria da Relevância, ao contrário das outras teorias pragmáticas, não se concentra apenas nas suposições fortemente comunicadas, mas preocupa-se também com a vaguidade de muitas implicaturas e com formas de expressões não-literais. Fornece um meio de dar uma descrição e uma explicação precisas dos mais fracos efeitos de comunicação. Seus autores ressaltam que o que torna a comunicação fraca é simplesmente o fato de que uma ampla variedade de suposições é tornada manifesta ou mais manifesta, e, conseqüentemente, ao formar hipóteses sobre a intenção informativa do falante, o ouvinte tem uma ampla variedade de contextos e efeitos contextuais para escolher.

Sperber e Wilson (1986) ressaltam que a tendência pragmática moderna de tratar todas as implicaturas como totalmente determinadas, pelas quais o falante é responsável como se as tivesse afirmado diretamente, constitui um engano ou uma idealização contraprodutiva. Eles argumentam que os modernos pragmaticistas, ao se concentrarem em implicaturas totalmente determinadas, ignorando a sua indeterminância e a diferente escala de graus (do mais forte ao mais fraco) das mesmas, obscureceram uma diferença importante entre o conteúdo explícito de uma suposição e o significado implícito. Como resultado, perpetuaram um engano de visão semiótica da comunicação e se privaram da habilidade para fornecer uma análise adequada de efeitos poéticos e estilísticos.

⁷ O processamento da informação humana requer algum esforço mental e alcança algum efeito cognitivo. Algum esforço de atenção, memória e raciocínio é requerido; algum efeito é alcançado em termos de alterações de crenças do indivíduo - os efeitos contextuais. Os seres humanos automaticamente objetivam a R máxima: máximo de efeitos contextuais para o mínimo esforço de processamento.

Em Relevance, os autores esboçam um critério geral para a resolução de indeterminâncias lingüísticas, sejam elas decorrentes de significado tradicionalmente chamado de literal ou não-literal, que é usado em todos os aspectos de interpretação de enunciados, incluindo a linguagem figurada: a consistência com o Princípio de Relevância, que implica uma interação entre a forma lingüística do enunciado e o ambiente cognitivo compartilhado pelo comunicador e destinatário. E justificam que o Princípio de Relevância difere de qualquer outro princípio, máxima, convenção ou presunção proposta na moderna pragmática, no sentido de que não é algo que as pessoas devam conhecer, aprender, obedecer, para se comunicar efetivamente. É uma generalização sem exceção sobre o comportamento humano comunicativo; é suficiente por si próprio para explicar como a forma lingüística (literal ou não) e o conhecimento contextual compartilhado pelos participantes de um ato comunicativo interagem para determinar a compreensão verbal.

Referências

- BLAKEMORE, Diane. *Understanding Utterances. An Introduction to Pragmatics*. Oxford: Blackwell, 1992.
- GRICE, H. P. Logic and Conversation. In: COLE e MORGAN (eds). *Syntax and Semantics*. v. 3. *Speech Acts*. New York, Academic Press, 1975.
- . Further notes on logic and conversation. In: Cole(ed.). *Syntax and semantics*. v. 9: *Pragmatics*. 113-128. New York, Academic Press, 1978.
- FODOR, J. A. *The modularity of mind*. MIT Press, Cambridge, Massachusetts, 1983.
- LOEWER, B.; REY, G. *Meaning in Mind. Fodor and his critics*. Oxford: Blackwell, 1993.
- MARTIN, Robert. Irony and universe of belief. In: *Lingua*, 87, p. 77-90. North-Holland, 1992.
- SILVEIRA, Jane Rita Caetano. *Teoria da Relevância - uma resposta pragmático-cognitiva à comunicação inferencial humana*. Tese de Doutorado, PUCRS, 1997.
- SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevance: Communication and Cognition*. Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 1995.
- . Loose Talk. In: DAVIS (ed.) *Pragmatics - A Reader*. New York, Oxford University Press, 1991.
- WILSON, D.; SPERBER, D. Inference and Implicature. In: TRAVIS (ed.). *Meaning and Interpretation*. Oxford: Basil Blackwell, 1986.
- . Pragmatics and Modularity. In: DAVIS (ed.). *Pragmatics - a Reader*. New York, Oxford University Press, 1991.

- . On verbal irony. In: *Lingua* 87, p. 53-76. North-Holland, 1992.
- . Linguistic Form and Relevance. *Lingua*. n. 90, 1-25, 1993.
- WILSON, D.; SPERBER, D. 1990. Linguistic form and relevance. In: HARRIS, J. (ed.). UCL. *Working papers in Linguistic* 2, p. 95-112.